

**PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
UM OLHAR PARA A DIVERSIDADE E INCLUSÃO NO AMBIENTE
EDUCACIONAL**

*SCHOOL PSYCHOLOGY AND INCLUSIVE EDUCATION: A LOOK AT
DIVERSITY AND INCLUSION IN THE EDUCATIONAL ENVIRONMENT*

Francisco Luan Farias da Silva ¹

Cícera Mônica da Silva Sousa Martins ²

1 Introdução

No Brasil, Paulo Freire talvez seja um dos autores mais influentes para a discussão sobre a educação democrática e inclusiva, defendendo a importância da conscientização e da emancipação dos alunos oprimidos e marginalizados (Freire, 2001). O autor acreditava que a educação deveria ser um instrumento de libertação e transformação social, e que os alunos deveriam ser encorajados a questionar e desafiar as estruturas de poder e opressão que os afetam. É nesse contexto que surge a necessidade de se pensar em uma educação ampla e rigorosamente democrática, acessível a todos e intransigente na defesa desse princípio, logo “O processo de inclusão, [...] exige [...] um pensamento direcionado para a aceitação não só da diferença, mas também da igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativos.” (FERNANDES, 2016, p. 57). A educação democrática implica na democratização do conhecimento, historicamente restrito às classes dominantes.

¹ Discente de Psicologia do Centro Universitário Fanor Wyden – UniFanor Wyden.

²  Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Possui graduação em Psicologia pela Faculdade Leão Sampaio (2014), especialização em Políticas Públicas em Saúde Coletiva pela Universidade Regional do Cariri (2016), especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Anhanguera Educacional (2023) e Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2020). Docente do Curso de Psicologia na Anhanguera Educacional e no Centro Universitário Unifanor de Fortaleza. Está vinculada a dois núcleos de pesquisa: o Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS-UFGA) e o Laboratório de Psicologia Ambiental (LOCUS-UFGA). Membro da Red Latinoamericana de Psicología Rural. Sua área de atuação é relacionada à Psicologia Social Comunitária, Psicologia Ambiental, Gestão Social, Políticas Públicas e Estudos em contextos rurais.

Para alcançar isso, é preciso garantir o domínio de habilidades como leitura, escrita, matemática e outros recursos contemporâneos, como informática e línguas estrangeiras (ANTUNES, 2008).

Nesse sentido, as políticas públicas brasileiras de inclusão escolar são indiretamente influenciadas pelos princípios de educação democrática defendidos pela pedagogia freireana. A proposta de uma educação ampla e rigorosamente democrática vai além do acesso igualitário ao conhecimento, abrangendo também a valorização da diversidade e a promoção da igualdade de oportunidades. Nesse processo, a educação inclusiva seria um estado transitório, onde sua finalidade seria de integração e, a partir da integração do aluno atípico com seus pares, os estereótipos seriam gradativamente rompidos e, em última instância, chegaríamos à educação democrática. Ao estimular a conscientização, a emancipação e o questionamento das estruturas de poder e opressão, a educação inclusiva busca promover a igualdade e a transformação social, permitindo que cada aluno desenvolva seu potencial máximo e se torne um agente ativo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária (NUNES, 2016).

Desse modo, a legislação brasileira favorece uma abordagem pedagógica focada nos processos de integração dos indivíduos, marginalizando o aprendizado do aluno atípico. Mesmo que a letra da lei pregue o desenvolvimento global do indivíduo, considerando sua singularidade e pertencimento à humanidade, a prática das leis é, como dito antes, meramente integrativa, uma vez que é assegurado o direito a matricular e sua inserção em sala de aula, mas o acompanhamento do aluno em sala de aula, bem como a capacitação dos professores, ainda é deficitário, conforme descrito por Brostolin e Souza (2023).

O reflexo disso é a prática da docência em relação à educação inclusiva. A maior parte dos professores terceiriza o processo de aprendizagem desses alunos para fora da sala de aula ou adota a perspectiva de integração, assumindo que o papel do aluno atípico em sala de aula é meramente integrativo, desconsiderando a sua participação plena no processo educacional. Isso implica em terceirizar a responsabilidade pelo aprendizado da criança para ela própria e para sua família, o que compromete o desenvolvimento e o progresso desses alunos na escola.

Os resultados evidenciam que os professores não compreendem a inclusão como um processo ancorado em ações construídas coletivamente que envolve as condições de trabalho, à infraestrutura da escola e à formação para dar sustentação às suas práticas pedagógicas. Conclui-se ser necessário ampliar o debate e ações afirmativas na perspectiva inclusiva a todos os professores. (BROSTOLIN e SOUZA, 2023, p.52).

Um dos símbolos dessa política onde a integração em sala de aula é o foco da inclusão é o atendimento educacional especializado (AEE), estabelecido no Brasil pela Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). De acordo com a LDB (BRASIL, 1996), o AEE é um serviço complementar ou suplementar à formação desses alunos, com o objetivo de garantir a igualdade de condições para o acesso e a permanência deles na escola regular, promovendo seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional. Conforme descreve

Possa e Pieczkowski (2020) "discursos inclusivos presentes nas instituições escolares e nas políticas públicas de inclusão surgem como uma forma de governamento das populações, buscam o controle e o gerenciamento do risco, além da subjetivação dos indivíduos." desse modo, mesmo que pela letra da lei, seja uma assistência complementar, na prática, a aplicação do AEE é segregatória, uma vez que a presença do aluno atípico em sala de aula acaba por vezes sendo integrativa, e o processo de aprendizado é deslocado para fora da sala de aula regular, para as salas de recursos multifuncionais.

Visto todo esse panorama, o presente estudo tem como objetivo analisar como as práticas inclusivas desenvolvidas em uma escola de ensino regular da cidade de Fortaleza fortalecem o desenvolvimento de crianças atípicas.

2 Revisão de literatura

Tendo como base o que já fora discutido no tópico anterior, é importante ressaltar que a forma como o atendimento educacional especializado é oferecido pode apresentar outros desafios significativos para os alunos neuro divergentes, como o fato de o serviço muitas vezes ser ofertado no contraturno das aulas regulares. Isso significa que esses alunos têm que lidar com uma rotina exaustiva, frequentando a escola regular durante o período diurno e, em seguida, participando do atendimento especializado em horários adicionais. Essa sobrecarga, além de distanciar o processo de aprendizado da sala de aula regular, pode resultar em fadiga, diminuição da motivação e dificuldades de concentração, prejudicando o aprendizado e o bem-estar dos estudantes.

Portanto, apesar de necessário como medida suplementar, a necessidade de disponibilizar o AEE no contraturno pode criar uma barreira adicional para a inclusão desses alunos no ambiente escolar. Além de enfrentarem os desafios acadêmicos e sociais inerentes à educação, eles também precisam conciliar horários e compromissos extras, o que pode gerar estresse e impactar negativamente seu desempenho. Posteriormente, outro marco da legislação brasileira de inclusão é a Lei Brasileira de Inclusão, promulgada em 6 de julho de 2015, a qual tem por objetivo estabelecer diretrizes para a inclusão social em diferentes esferas de atuação no território brasileiro, inclusive no ambiente escolar (BRASIL, 2015).

De acordo com o documento elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), o movimento global em prol da inclusão representa uma iniciativa política, cultural, social e pedagógica que busca garantir o direito de todos os alunos de participarem, aprenderem e se integrarem sem discriminação. A educação inclusiva é um paradigma educacional fundamentado nos princípios dos direitos humanos, que busca equilibrar igualdade e diferença como valores inseparáveis, indo além da mera equidade formal ao levar em consideração as circunstâncias históricas que levaram à exclusão tanto dentro como fora do âmbito escolar.

Reconhecendo que os desafios enfrentados pelos sistemas educacionais evidenciam a necessidade de combater práticas discriminatórias e encontrar alternativas para superá-las, a educação inclusiva desempenha um papel central nos debates sobre a sociedade contemporânea e o papel da escola na superação da exclusão. Os princípios para a construção de sistemas educacionais inclusivos levam a uma revisão da organização de escolas e turmas especiais, exigindo uma mudança estrutural e cultural na escola para atender às necessidades específicas de todos os alunos (BRASIL, 2008.).

Apesar das políticas públicas vigentes, a prática inclusiva no sistema educacional brasileiro ainda é incipiente. Segundo Pletsch (2011, p. 52) “[...] talvez esteja na hora de mudarmos o foco do debate, tão centrado nas políticas de Educação Inclusiva, para políticas que garantam, de fato e de direito, o acesso de todos os alunos com e sem deficiência à aprendizagem escolar”.

Nesse sentido, de acordo com Fonseca (2002), a psicologia escolar é uma prática que busca contribuir para a qualidade da educação e o desenvolvimento integral dos indivíduos envolvidos no processo educativo. No Brasil, a literatura sobre psicologia e educação tornou-se mais abundante a partir da década de 1970, com um aumento significativo nos últimos 15 anos, principalmente após 1996, impulsionada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2002). Esse movimento tem proporcionado uma reflexão fundamental sobre a formação e a identidade dos profissionais da área educacional, incluindo o papel dos psicólogos no ambiente escolar.

A psicologia escolar pode desempenhar um papel importante no processo de inclusão. Os psicólogos escolares podem ajudar a criar um ambiente de aprendizagem inclusivo, oferecendo suporte aos professores e alunos, e trabalhando para reduzir os preconceitos e a discriminação (Leitão, 2006, p. 12).

De acordo com Vygotsky (1988), a educação inclusiva deve se basear em uma abordagem sociocultural que reconhece a importância das interações sociais e culturais no desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos. A partir do entendimento do conceito de mediação semiótica, que abarca o entendimento da conexão entre as dimensões social e biológica da vida humana, Vygostky (2005) reflete como essa interação homem-ambiente social é importante para consolidar funções psicológicas superiores, como a linguagem, pensamento, consciência, etc.

O autor argumentava que a aprendizagem ocorre no contexto das relações sociais e que os alunos com necessidades especiais podem se beneficiar da interação com seus colegas e professores em um ambiente inclusivo.

Essa perspectiva, que une a temática da democracia e dos direitos humanos, reconhecendo a criança enquanto sujeito histórico imerso em um contexto sociocultural diverso (VYGOSTKY, 2010), reconhece a importância fundamental da escola formal na consolidação da democracia e a necessidade de um novo perfil da psicologia no ambiente escolar e educacional. Isso ratifica a necessidade de repensar a participação do psicólogo no processo de inclusão escolar, utilizando ferramentas como a adaptação razoável e o atendimento educacional especializado (AEE), conforme assegurado pela

Lei Brasileira de Inclusão, sempre respeitando a individualidade e o papel ativo do indivíduo dentro desse processo.

Além disso, o psicólogo deve assumir um papel fundamental na integração da comunidade escolar, dando suporte e embasamento teórico embasado na ciência psicológica aos profissionais envolvidos na prática. Com base nesse contexto, é fundamental, então, repensar as atividades do psicólogo na vivência escolar, indo além do papel passivo de ouvinte de profissionais e alunos, mas participando ativamente de todas as etapas de um projeto de educação inclusiva.

3 Métodos

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória, que é definida de acordo com Gil (2008, p.27) objetiva “proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Partindo de uma abordagem qualitativa, a pesquisa foi desenvolvida a partir do arcabouço metodológico do Estudo de Caso, que é definido como “(...) estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 2008, p.54). Para composição desse estudo, será utilizado documentos e o relato de experiência de um estágio realizado durante os meses de agosto de 2022 e fevereiro de 2023, em um projeto de educação inclusiva baseado na teoria sociointeracionista em uma escola privada na cidade de Fortaleza-CE.

Durante esse período, foram feitas atividades de observação simples, leitura e análise de documentos como a política de educação inclusiva, a política interna da escola, entrevistas de matrícula e atividades de avaliação. Tal processo objetivou esclarecer questões como as necessidades trazidas pelos alunos que chegam à instituição, as características desses alunos e como se dá o processo de integração dos alunos neuro divergente com os alunos do ensino regular.

Todos os dados coletados foram analisados a partir do processo de triangulação de dados, que é definido por Zappellini e Feuerschütte (2015, p. 246-247) como “procedimento que combina diferentes métodos de coleta e de análise de dados, diferentes populações/sujeitos (ou amostras/objetos), diferentes perspectivas teóricas e diferentes momentos no tempo com o propósito de consolidar suas conclusões”.

4 Problemática identificada

Durante o estágio realizado em uma instituição de educação privada na cidade de Fortaleza, CE, foi possível fazer observações metodológicas e práticas relevantes. A instituição tem como missão, segundo seu estatuto, empreender ações junto à comunidade escolar para construir um mundo melhor, promovendo o sucesso individual e coletivo de seres humanos íntegros, reflexivos, protagonistas de sua história e apaixonados pela aprendizagem. Essa missão é colocada em prática por meio de um

sólido projeto de educação inclusiva, que conta com uma equipe multidisciplinar composta por profissionais de diversas áreas, coordenada pelo setor de psicologia.

O Plano Político-Pedagógico da escola, além de englobar sua missão e metodologia, também desenha o que seria seu projeto de educação inclusiva abrangendo diversas ações, como a adaptação de materiais didáticos e avaliações, acompanhamento em sala de aula, atendimento educacional especializado e escuta ativa de pais e alunos. Essas ações são fundamentais para garantir que todos os alunos, independentemente de suas especificidades, tenham acesso a uma educação de qualidade e possam desenvolver todo o seu potencial.

A equipe multidisciplinar responsável pelo projeto de educação inclusiva é composta por profissionais capacitados e experientes, que trabalham em conjunto para garantir que as necessidades de cada aluno sejam atendidas de forma individualizada e respeitando suas particularidades. Além disso, a escola promove a inclusão por meio da sensibilização de toda a comunidade escolar, que é incentivada a valorizar a diversidade e a respeitar as diferenças.

O projeto de educação inclusiva implementado pela escola é embasado em referências teóricas e acadêmicas, que destacam a importância da inclusão na promoção de uma educação de qualidade e na formação de cidadãos críticos e conscientes. Dessa forma, a escola cumpre um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que valoriza a diversidade e respeita as diferenças.

A escola adota a metodologia sociointeracionista, baseada na teoria de Vygotsky, que enfatiza a importância das interações sociais e culturais no desenvolvimento cognitivo e na aprendizagem das crianças. Vygotsky defende que a mente humana é influenciada por fatores sociais e que a aprendizagem ocorre por meio da interação com outras pessoas e com o ambiente cultural ao nosso redor.

Assim, além da mediação pedagógica, é fundamental incentivar a interação social e o contato com o outro, independentemente de suas especificidades (COSTA, 2006).

Portanto, a estrutura do projeto de educação inclusiva segue a mesma premissa metodológica, uma vez que Vygotsky ressalta a importância do contexto sociocultural no processo de superação. Ele argumenta que o desenvolvimento humano resulta da interação entre fatores externos e internos, decorrente do processo de mediação semiótica. Por exemplo, no caso de crianças com deficiência visual, o organismo se reorganiza para que as funções restantes possam trabalhar juntas e superar a deficiência, utilizando meios especiais como o Braille.

Da mesma forma, crianças com deficiência auditiva desenvolvem capacidades visuais e espaciais-temporais em interação com diferentes instrumentos, destacando-se a Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS).

Vygotsky (1988) defende que a deficiência pode se tornar o ponto de partida e a força propulsora do desenvolvimento psíquico e da personalidade, uma vez que desencadeia estímulos que levam à compensação e à superação. Ele acredita que todas

as crianças têm potencial para aprender e se desenvolver, mesmo aquelas com comprometimento severo, desde que recebam ensino adequado, pois a aprendizagem organizada resulta em desenvolvimento mental.

Assim, a psicologia escolar desempenha um papel fundamental no apoio à implementação de práticas inclusivas, contribuindo para a qualidade da educação e o desenvolvimento integral dos indivíduos envolvidos no processo educativo, em conformidade com as diretrizes teóricas e legais que embasam essa perspectiva (FONSECA, 2002; DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2002; ANTUNES, 2008).

Dessa forma, a metodologia sociointeracionista adotada pela escola é fundamental para a promoção da educação inclusiva, pois valoriza a interação social e cultural como fatores essenciais para o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças, independentemente de suas especificidades. Além disso, a teoria de Vygotsky destaca a importância do ensino adequado e da mediação pedagógica para a superação das limitações impostas pela deficiência, permitindo que todas as crianças possam desenvolver seu potencial e alcançar o sucesso acadêmico e pessoal.

Para que crianças com desenvolvimento atípico tenham mais oportunidades de inclusão no contexto regular de ensino, é necessário considerar seu potencial e enxergá-las como seres humanos capazes. A diversidade presente na escola não deveria ser um obstáculo, mas sim um elemento facilitador da aprendizagem.

O projeto de educação inclusiva surge dessa necessidade, visando contribuir não apenas para o desenvolvimento dos alunos atípicos, mas também como uma ferramenta de inclusão, promovendo a interação entre alunos típicos e atípicos em um ambiente propício para o aprendizado pedagógico e humano.

Na instituição em questão, o projeto de educação inclusiva é composto por uma série de etapas conduzidas por profissionais de diversas áreas. Como mencionado anteriormente, a metodologia sócio-interacionista, fundamentada nas teorias de Vygotsky, serve como referência teórica. Além disso, os profissionais orientam-se pelos manuais de referência de atuação elaborados pelo Conselho Federal de Psicologia e pelas diretrizes estabelecidas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015.

Essa legislação garante a disponibilidade de recursos de adaptação razoáveis para garantir o pleno desenvolvimento dos alunos. Durante o período de estágio, tive a oportunidade de acompanhar e participar de diversas atividades conduzidas pelo psicólogo escolar e a equipe responsável pelo projeto. Entre essas atividades, três se destacaram como as mais relevantes para a estruturação de um plano pedagógico de inclusão mais efetivo e humanizado, visando não só as necessidades pedagógicas como também as necessidades socioemocionais.

4.1 Entrevista de Matrícula:

A entrevista de matrícula é uma atividade na qual o psicólogo realiza uma conversa individual com os responsáveis pelo aluno que está ingressando na instituição de ensino.

O objetivo dessa entrevista é obter informações relevantes sobre o histórico do aluno, seu desenvolvimento socioemocional, suas habilidades e dificuldades, bem como qualquer outra informação relevante para compreender o contexto educacional e as necessidades específicas do estudante.

Essa atividade permite ao psicólogo estabelecer um primeiro contato com a família e criar uma base inicial para o acompanhamento do aluno ao longo de seu percurso educacional, visando entender seu histórico familiar e cultural para compreender sua zona de desenvolvimento e elaborar estratégias para explorá-la (VYGOTSKI, 1988).

4.2 Atividade de Sondagem:

É o processo de avaliar as dificuldades na escolarização, consistindo em realizar uma avaliação inicial das características e competências dos alunos, buscando identificar suas habilidades, conhecimentos, dificuldades e necessidades específicas. É essencial adotar uma abordagem prospectiva, focando no que o aluno pode desenvolver, em vez de se restringir ao que ele não consegue realizar, conforme descrito na Lei Brasileira de Inclusão (13.146 de 2015).

O objetivo dessa atividade é fornecer subsídios para o planejamento de intervenções pedagógicas e apoio psicossocial, possibilitando uma compreensão mais aprofundada dos estudantes e direcionando as ações do psicólogo na promoção do desenvolvimento e bem-estar dos alunos.

4.3 Acompanhamento em Sala de Aula:

O acompanhamento em sala de aula envolve a presença no contexto escolar, atuando diretamente nas atividades pedagógicas e interagindo com os alunos e professores. Essa atividade tem como objetivo promover a inclusão, apoiar o desenvolvimento socioemocional dos estudantes, além de identificar dificuldades de aprendizagem, fornecer orientações aos professores, propor adaptações curriculares e desenvolver atividades de intervenção.

O diálogo constante com todos os envolvidos no processo educativo é imprescindível para criar um ambiente de colaboração e construir estratégias conjuntas em prol do desenvolvimento e bem-estar dos alunos. Conforme sugerem as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica, "desenvolvimento,

relações afetivas, prazeres e sofrimentos, comportamentos, ideias e sentimentos, motivação e interesse, aprendizagem, socialização, significados, sentidos e identificações" contribuem para valorizar os sujeitos envolvidos nas relações escolares (CFP, 2019, p. 53). Nesse movimento, é possível observar o comportamento dos alunos, identificar dificuldades de aprendizagem, fornecer orientações aos professores, propor adaptações curriculares, desenvolver atividades de intervenção e promover o diálogo entre todos os envolvidos no processo educativo.

4.4 Adaptações:

O setor de pedagogia é responsável pela adaptação do material didático do aluno, bem como de provas ou trabalhos, de acordo com as necessidades específicas de cada aluno, conforme descrito pela Lei Brasileira de Inclusão (13.146 de 2015).

Para esse processo, é de fundamental importância o alinhamento entre o acompanhamento em sala de aula, o profissional responsável por acompanhar o aluno no dia a dia, estabelecendo contato com suas dificuldades e habilidades pedagógicas, e o pedagogo responsável por elaborar ferramentas pedagógicas dentro da zona de aprendizagem do aluno, proporcionando a manutenção das habilidades já desenvolvidas e a diversificação delas. Além disso, é de fundamental relevância a participação direta do psicólogo escolar nesse processo, para acompanhar os avanços socioemocionais e pedagógicos da criança, visando auxiliar, juntamente com toda a equipe, na busca por estratégias que permitam ao aluno superar quaisquer entraves, obstáculos, atitudes ou comportamentos que limitem ou impeçam a participação ativa do aluno na vida escolar.

Considerações finais

Ao longo do estágio, foi possível constatar a importância do psicólogo escolar como um agente de transformação no contexto da educação inclusiva. Suas atividades e intervenções são fundamentais para garantir que todos os alunos, independentemente de suas especificidades, tenham acesso a uma educação de qualidade e possam desenvolver todo o seu potencial. O projeto de educação inclusiva implementado pela escola, embasado em uma abordagem sociointeracionista e nas diretrizes legais estabelecidas pela Lei Brasileira de Inclusão, tem proporcionado um ambiente acolhedor e participativo, onde a diversidade é valorizada e respeitada.

A entrevista de matrícula, apesar de limitada, tem um papel fundamental no estabelecimento de uma base sólida para o acompanhamento do aluno ao longo de seu percurso educacional. Por meio dessa atividade, o psicólogo escolar estabelece um primeiro contato com a família e obtém informações relevantes sobre o aluno, sua história, habilidades e dificuldades, permitindo uma compreensão mais ampla de seu contexto educacional e suas necessidades específicas. Portanto, é de fundamental importância uma condução atenta, explorando, de maneira respeitosa, o histórico do

aluno para traçar um perfil prévio e prevendo os potenciais entraves e proveitos que o aluno pode enfrentar na instituição.

A atividade de sondagem, por sua vez, desempenha um papel importante na identificação das características, habilidades e necessidades dos alunos. Essa avaliação inicial fornece subsídios essenciais para o planejamento de intervenções pedagógicas e apoio psicossocial, visando promover o desenvolvimento e o bem-estar dos estudantes. É fundamental adotar uma abordagem prospectiva, além das respostas objetivas é importante uma visão humana e holística do indivíduo, focada nas potencialidades dos alunos e nas possibilidades de desenvolvimento, em consonância com os princípios da Lei Brasileira de Inclusão e a metodologia educacional adotada.

O acompanhamento em sala de aula é uma atividade fundamental, tomando por base as críticas apontadas no texto, proporcionando a inclusão, aprendizado e integração sem afastar o aluno da vivência em sala de aula além de proporcionar ao psicólogo escolar atuar diretamente no contexto educacional, promovendo a inclusão como processo compartilhado de todo o corpo escolar, apoiando o desenvolvimento socioemocional dos alunos e identificando possíveis dificuldades de aprendizagem e de socialização. Através desse acompanhamento, é possível fornecer orientações aos professores, propor adaptações curriculares e desenvolver atividades de intervenção que visam criar um ambiente colaborativo e estimulante para o desenvolvimento dos alunos.

Diante disso, fica evidente que a inclusão não é apenas um problema de espaço físico. É preciso que haja uma mudança de mentalidade, tanto por parte dos professores quanto da comunidade escolar. Desse modo, a presença e atuação do psicólogo escolar são indispensáveis para a promoção de uma educação inclusiva de qualidade. Seu trabalho em conjunto com a equipe multidisciplinar e a comunidade escolar é essencial para criar um ambiente acolhedor, respeitoso e participativo, onde todos os alunos se sintam valorizados e tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial máximo. Através de uma abordagem socio-interacionista e da aplicação das diretrizes legais, o projeto de educação inclusiva da escola se consolida como uma referência no campo da educação, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, n. 2, p. 469–475, dez. 2008.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: Governo Federal, 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BROSTOLIN, M. R.; SOUZA, T. M. F. DE. A docência na educação infantil: pontos e contrapontos de uma educação inclusiva. **Cadernos CEDES**, v. 43, n. 119, p. 52–62, jan. 2023.

COSTA, D. A. F. Superando limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial. **Rev. psicopedag** São Paulo, v. 23, n. 72, p. 232-240, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica**. Brasília: CFP, 2019.

DEL PRETTE, Z. A. P; DEL PRETTE, A. Habilidades sociais e educação: pesquisa e atuação em psicologia escolar/educacional. In: DEL PRETTE, Z. A. P (Org.). **Psicologia Escolar, Saúde e Qualidade de Vida**. Campinas: Alínea, 2001. (pp. 113-141).

FERNANDES, Raquel Grilo Oliveira. **Escola Inclusiva: Percepção de professores sobre dislexia, inclusão e estratégias pedagógicas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)- Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação de Viseu. Viseu, Portugal, 2016.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios / Paulo Freire**. – 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001.(Coleção Questões de Nossa Época ; v.23)

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

NUNES, S. DA S.; SAIA, A. L.; TAVARES, R. E.. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, p. 1106–1119, out. 2015.

POSSA, J. D. B.; PIECZKOWSKI, T. M. Z. Desafios docentes para a atuação no Atendimento Educacional Especializado. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 33, p. e37/ 1–23, 2020

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 2a ed. brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 16, n. 2, p. 241-273, 30 jun. 2015.

Como citar esse trabalho:

SILVA, Francisco Luan Farias da Silva; MARTINS, Cícera Mônica da Silva Sousa. Psicologia escolar e educação inclusiva: um olhar para a diversidade e inclusão no ambiente educacional. **Duna: Revista Multidisciplinar de Inovação e Práticas de Ensino**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 94-105, jan./mar. 2025.